



Espanha suspende despejos até 2030

Diante de protestos em Madri, governo socialista aprova medida de emergência para proteger inquilinos e assegurar renovação automática dos aluguéis. Pivô da iniciativa foi idosa de Madri despejada da casa onde morava por 70 anos

Os protestos sociais contra o dramático despejo de Maricarmen Abascal, idosa de Madri, de 87 anos, despejada na última semana da casa onde morava havia 70 anos, empurraram o governo socialista da Espanha a anunciar ontem a paralisação, até 2030, dos despejos de “pessoas vulneráveis sem alternativa habitacional” e a renovação automática de contratos de aluguel. As medidas, anunciadas na rede social X pela ministra da Saúde, Mónica García, têm por objetivo conter a crise habitacional no país, e serão objeto de dois projetos de lei que serão votados separadamente no parlamento. O presidente do Governo (primeiro-ministro) Pedro Sánchez não conta maioria, e terá de negociar o apoio de bancadas que não integram sua coalizão para garantir a aprovação.

Em vídeo publicado na rede social X, Sánchez celebrou “um pacote ambicioso de medidas” que, segundo destacou, também estabelece como prioridade “acabar com a especulação e os abusos no mercado imobiliário”. A ministra da Habitação, Isabel Rodríguez, afirmou, ao término da reunião de gabinete, que se trata de “um acordo de grande relevância social sobre o principal problema dos espanhóis e das espanholas”.

“Um acordo magnífico. Hoje é um grande dia para os inquilinos e pequenos proprietários. E um mau dia para os especuladores”, celebrou, no X, o ministro da Presidência, Félix Bolaños. O governo minoritário do Partido Socialista Operário Espanhol

(PSOE, centro-esquerda) planeja ainda impor a “proibição à compra de imóveis por fundos abutres”, segundo a ministra da Saúde. Esses fundos de investimento, assim como plataformas de aluguel de curta duração para turistas, como o Airbnb, são alvos de protestos, acusados de inflacionar os preços ao comprar imóveis na Espanha e reduzir a oferta. O governo também planeja “regulamentar” os aluguéis de temporada e de quartos, acrescentou Mónica García.

As iniciativas, oficializadas após reunião do Conselho de Ministros, fazem parte do que ficou conhecido como Decreto Maricarmen, em homenagem à madrilenha cuja imagem, sendo retirada do apartamento em uma maca, causou indignação na Espanha e expôs a crise habitacional, a menos de um ano das eleições gerais de 2027. Na sexta-feira, o parlamento terá uma sessão plenária dedicada a debater as medidas.

Desde sábado, centenas de manifestantes e ativistas ocupam a Puerta del Sol, popular ponto turístico no coração de Madri, para denunciar a crise habitacional e exigir maior proteção aos espanhóis que moram em imóveis alugados. Essas questões foram expressas, principalmente, pelo Sindicato dos Inquilinos, que apontou como principal reivindicação a implementação de contratos de aluguel por tempo indeterminado, em vez dos atuais, com duração de cinco anos.

Em outras cidades do país, como Málaga e Sevilha, pequenos acampamentos também começaram a surgir nos últimos

Oscar del Pozo/AFP



Acampamento de protesto na Porta do Sol, diante da Prefeitura de Madri: vitória e mais manifestações convocadas

dias. Em Madri, as autoridades regionais deram à Delegação do Governo um prazo máximo de 48 horas para dismantlar o acampamento “ilegal” na Puerta del Sol. Os

manifestantes já haviam conquistado uma primeira vitória na noite de segunda-feira, quando um acordo foi firmado com a imobiliária que comprou o apartamento de

Maricarmen Abascal, permitindo que ela retornasse para casa. A octogenária, que esteve hospitalizada nos últimos dias, ainda não assinou o acordo.

Sameer Al-Doumy/AFP



Barricada diante de escola secundária em Lille: tensão social em alta

300 mil protestam na França

Milhares de franceses foram ontem às ruas, nas principais cidades, para exigir um reajuste dos salários dos funcionários públicos, corroídos pela inflação, e “recursos orçamentários à altura” da administração pública. Em Paris, a prefeitura calculou a presença de 30 mil manifestantes, mas a central sindical CGT mencionou 70 mil presentes na capital e mais de 300 mil no conjunto do país. A seis meses da eleição presidencial, com a extrema-direita liderando as pesquisas, seguida pela esquerda radical, o país aguarda para amanhã a apresentação do orçamento para 2027, por parte do governo centrista que apoia o presidente Emmanuel Macron.

A pauta de reivindicações dos funcionários públicos parte da perda do poder aquisitivo, passa pela insuficiência dos efetivos e aponta condições de trabalho deterioradas, além da precariedade, diante de cortes orçamentários. Estudantes do ensino

médio também protestam, desde a semana passada, exigindo melhores condições gerais para o setor educacional. Ontem, protagonizaram confrontos violentos, em que grupos de adolescentes atearam fogo a contêineres de lixo e lançaram objetos contra a polícia, que respondeu com gás lacrimogêneo e golpes de cassetete. Os distúrbios deixaram 40 detidos e 10 feridos, entre secundaristas e funcionários públicos.

Tensão social

Mathilde Bourgain, professora de física de 47 anos em um colégio de ensino médio, chegou à manifestação em Paris com um coletivo de professores e pais de alunos. “Estamos cansados, todos temos a impressão de que o ensino público é mais afetado do que o privado”, explicou à agência de notícias France-Presse (AFP). Na escola onde ela trabalha, como em muitas pelo

país, foram retiradas turmas do primeiro ano, e professores são obrigados a trabalhar em vários estabelecimentos.

“Não temos formação e nos pedem que sejamos, às vezes, psicólogos; às vezes, assistentes sociais; às vezes, mães”, denuncia Nadia M'Dahoma, 45 anos, mediadora de alunos com deficiência, que diz receber cerca de 1.000 euros por mês por 24 horas semanais de trabalho.

Os estudantes mantinham bloqueios e protestos em centenas de escolas em todo o país. Segundo o Ministério da Educação, 338 estabelecimentos foram afetados por “manifestações ou perturbações”, com 40 bloqueados e outros 44 enfrentando tentativas de bloqueio.

Desde 2017, o índice salarial dos funcionários públicos teve um reajuste total ligeiramente superior a 5%. Enquanto isso, a inflação acumulada desde 2017 terá atingido 24,17% no final de 2026, segundo o instituto oficial de estatística Insee.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Big techs prometem controle

Os executivos das principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos, as big techs, comprometeram-se ontem adotar um modelo próprio de auto-regulamentação para garantir segurança no desenvolvimento da inteligência artificial (IA). A promessa foi feita à saída de uma reunião que mantiveram, na Casa Branca, com o presidente Donald Trump, que se opõe a qualquer tipo de controle governamental sobre a indústria e refutou, na Assembleia Geral da ONU, as advertências que vêm sendo feitas por outros governantes, e ganharam nos últimos dias o reforço do papa Leão XIV.

“Redigimos um conjunto de princípios e compromissos para construir controles internos sólidos e detectar qualquer problema que possa surgir com a tecnologia”, afirmou o diretor-executivo da Meta, Mark Zuckerberg. Dario Amodei, da Anthropic, ponderou que a IA “implica riscos muito reais, e a forma como abordamos esses riscos continua sendo objeto de discussão, mas precisamos trabalhar juntos”. Além deles, estiveram presentes Sundar Pichai (Google), Greg Brockman (OpenAI), Jensen Huang (Nvidia), Alex Karp (Palantir),

Jeff Bezos (Amazon) e Elon Musk (X, Tesla, SpaceX).

Sam Altman, CEO da OpenAI, que permaneceu em São Francisco, defendeu uma abordagem “centrista”, que encontre um equilíbrio entre dois riscos: o de uma “perda acidental de controle” e o de uma “concentração excessiva de poder”. A empresa reconheceu, na semana passada, que agentes desenvolvidos com seus modelos acessaram os sites de três agências federais dos EUA. Um desses modelos invadiu um portal de dados de saúde do governo australiano. Por sua vez, a Anthropic, responsável pelo modelo Claude, advertiu os investidores, antes de sua abertura de capital, que a IA pode representar “riscos existenciais para a humanidade”.

Em recente apelo conjunto, os CEOs das chamadas big techs alertaram para os riscos de que se perca o controle sobre a IA, depois que programas em desenvolvimento nos laboratórios invadiram outras plataformas e roubaram informações sem que operadores humanos tivessem solicitado essas ações. Na véspera da reunião, a OpenAI anunciou o adiamento do lançamento

de seu modelo de ponta, previsto originalmente para outubro, porque ele desviava das instruções recebidas e tentava enganar os supervisores.

Falando aos jornalistas, na Casa Branca, o presidente sustentou que, se o desenvolvimento da IA levar a abusos ou perigos, “automaticamente, já contamos com regulamentação por meio do Departamento de Justiça, do FBI, de tudo isso”.

Olho nas urnas

Uma pesquisa publicada pela rede de TV CNN afirma que 82% dos americanos se declaram “preocupados” com o desenvolvimento da IA. No entanto, o presidente considera as advertências “exageradas” e defende um desenvolvimento vigoroso, para superar a China e impulsionar uma economia cada vez mais dependente do avanço dessa tecnologia. Na reunião com os executivos das big techs, Trump retomou uma passagem da própria fala na ONU e anunciou que assinará, em breve, um documento legal para mudar oficialmente a nomenclatura da IA, nos EUA, para “superinteligência”.

Oliver Contreras/AFP



O presidente da OpenAI, Greg Brockman (E), chega para reunião com Donald Trump

Em outro evento, ele apresentou um novo portal, America.gov, destinado a reunir cerca de 29 mil sites do governo federal. Construído diretamente com a ajuda da IA,

o portal promete responder a qualquer solicitação do público e, supostamente, não guardar nenhuma informação pessoal dos usuários que o consultarem.